

Nota em defesa do Mestrado Profissional do IPHAN

Na última semana foi divulgada uma série de mudanças no Centro Lucio Costa, unidade especial do Iphan, que afetam o Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP), reconhecido pela CAPES em 2010. O programa foi criado em 2004, com apoio da UNESCO, como especialização de recém-graduados. Tais mudanças anunciadas representam o conjunto de ações de desmonte e enfraquecimento das políticas de educação patrimonial, como extinção da Coordenação de Pesquisa e Documentação (COPEDOC) do Rio de Janeiro e da Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) em Brasília.

O programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural é uma experiência inovadora de educação no Brasil, que até 2017 ofertava 20 vagas no Brasil com bolsa de pesquisa e, na mesma turma, 5 vagas para os servidores da instituição. O Mestrado tem se destacado por ser um programa interdisciplinar, promovendo:

- a inserção de profissionais no campo do patrimônio por meio da experiência prática de trabalho nas superintendências e escritórios técnicos;
- construção e troca de conhecimento entre profissionais de diversas áreas de conhecimento (arquitetura, antropologia, geografia, história, entre outras);
- trocas e encontros culturais, pois cada aluno experiência e vive culturas diferentes, e no momento dos módulos de aulas no Rio de Janeiro esses compartilhamentos se intensificam;
- criação de uma rede ativa de profissionais parceiros na implementação das políticas de patrimônio e na luta pela preservação do patrimônio cultural;
- produção de conhecimento crítico pelas pesquisas que se diferenciam das universidades, justamente por estarem vinculadas às vivências práticas e aos desafios cotidianos da preservação;
- reflexão e interação direta sobre as primeiras práticas de preservação por meio das aulas que são ministradas no Rio de Janeiro, local onde também fica o arquivo de processos do Iphan e o contato com as novas perspectivas locais de preservação;
- a relação com o Palácio Capanema, edifício icônico de expressão modernista e associado a diferentes memórias da construção do campo do patrimônio;
- a proximidade dos mestrados com o arquivo histórico

Por isso, exigimos a manutenção do Mestrado Profissional do Iphan aberto à sociedade civil, aos profissionais das mais diversas áreas e regiões do Brasil, a manutenção desse no Rio de Janeiro junto ao corpo docente e parceiros qualificados que já compõe o mestrado, em destaque a coordenadora do PEP/MP, a arquiteta e urbanista Prof^a Dr. Lia Motta.

Reivindicamos o fortalecimento das ações de educação patrimonial comprometidas com a promoção da autonomia dos sujeitos e voltadas à memória como direito social! Para isso, expressamos nossa defesa pela continuidade do PEP/MP.

Assinatura Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP).